

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto a seguir para responder às questões de 01 a 04:

Sobre zona de conforto, meritocracia e Trump

Dia desses, assistindo a uma entrevista, vi um capitalista dizer que, para ganhar mais dinheiro, precisa sair de sua “zona de conforto”. Oh, chavão. Pelo que pude entender, a “zona de conforto” representaria para ele um convite à acomodação e à preguiça improdutiva. Logo, um estado de relaxamento e de calma seria um vício moral; o homem de negócios sem ócios precisa contar com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, ou não terá disposição para correr riscos, mesmo que calculados. Moral da história: o conforto não é bom para o tilintar das caixas registradoras.

Outro capitalista, esse mais velho, nos tempos em que tinha um banco de investimentos na Avenida Faria Lima, comentava com seus diretos que não gostava de “gato gordo”. Ele não se referia a felinos, óbvio. Ele falava de homens. O “gato gordo”, em seu dicionário, era aquele ex-jovem promissor que rapidamente se refestelava numa posição remediada e se dava por satisfeito com ganhos de adiposidade, não mais de cifras. A partir daí, o “gato gordo”, indolente, comprava uma casa de campo num condomínio fechado com heliporto e não queria mais saber de aventuras perigosas. Segundo os ensinamentos do lendário banqueiro, o “gato gordo” era uma praga. Quando identificava um, demitia correndo.

A expressão “gato gordo” não se popularizou. A outra, “zona de conforto”, esta caiu na boca do povaréu e virou clichê no mundo corporativo. A toda hora, alguém aparece na sua frente para falar mal da “zona de conforto”, um signo universal de morosidade, procrastinação, inoperância e falta de iniciativa (pública ou privada).

A ideologia funciona exatamente assim: as implicâncias idiossincráticas do patrão são alçadas a cânones inabaláveis de virtude para o empregado. De pé, oh, vítimas da fome! Fugam da sua zona de conforto!

Sim, estou sendo irônico. Se for para falar sério, digo que “zona de conforto” é piada de mau gosto. Na vida de um bilionário, que não precisa saber quanto custa a anuidade da escola dos filhos e troca de jatinho todo ano, pode até ser divertido quebrar a rotina de vez em quando e desafiar o sossego, um pouquinho só. Mas, na vida do resto da humanidade, uma pitada de estabilidade tranquila é tudo de bom. Deveria ser festejada, nunca repudiada.

(Eugênio Bucci, “Sobre zona de conforto, meritocracia e Trump”, 02.04.2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaao/eugenio-bucci/sobre-zona-de-conforto-meritocracia-e-trump/>. Adaptado)

01. De acordo com as ideias presentes no excerto, é correto afirmar que o autor
- (A) adere à ideia de que as pessoas devem procurar se arriscar em novos empreendimentos, sob pena de serem consideradas acomodadas.
 - (B) aponta a oposição que se estabelece, em certos contextos, entre a disposição para o risco e o desejo de acumulação de capital financeiro.
 - (C) critica o julgamento negativo que homens de negócios fazem de pessoas que já se deram por satisfeitas com as conquistas realizadas.
 - (D) condena o desprezo que certos grupos sociais têm pelos capitalistas que defendem a necessidade de se cultivar a ambição e o arrojo.
 - (E) hesita em discordar da ideia de que no mundo dos negócios não devem permanecer aqueles que buscam estabilidade e previsibilidade.
02. O fato de a expressão “zona de conforto” ser um clichê no mundo corporativo significa que, nesse contexto, seu emprego foi
- (A) banalizado.
 - (B) detalhado.
 - (C) afastado.
 - (D) condenado.
 - (E) hostilizado.
03. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho do 1º parágrafo “... o homem de negócios sem ócios precisa contar com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, ou não terá disposição para correr riscos...” é fiel ao sentido original.
- (A) A fim de que o homem de negócios sem ócios não conte com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, não terá disposição para correr riscos.
 - (B) Como o homem de negócios sem ócios não conta com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, não terá disposição para correr riscos.
 - (C) Ainda que o homem de negócios sem ócios conte com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, não terá disposição para correr riscos.
 - (D) Caso o homem de negócios sem ócios não conte com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, não terá disposição para correr riscos.
 - (E) Assim que o homem de negócios sem ócios não conte com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, não terá disposição para correr riscos.

04. Assinale a alternativa cuja frase foi redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e de pontuação.
- (A) Sempre houveram, no mundo dos negócios, pessoas que valorizam o arrojo, a coragem e a audácia.
 - (B) Deseja-se, em certos meios pessoas ambiciosas, que se lancem com frequência em projetos arriscados.
 - (C) Tranquilidade e segurança, nem sempre têm sido valorizadas por determinados grupos de pessoas.
 - (D) Existem pessoas que acreditam ser difícil, no mundo contemporâneo, alcançar uma existência tranquila.
 - (E) Uma vida pacata e simples, pode acabar agradando a certos indivíduos, avessos a riscos desnecessários.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 05 a 09:

Fobia imobiliária

A vida me poupou de uns tantos pesadelos. É nisso que penso enquanto o camarada à minha frente, com incontida excitação, vai fazendo o pormenorizado relato de sua batalha para alugar apartamento. Já estive em duas dúzias de endereços, contabiliza, e em outros tantos pretende estar, pois em cada um achou defeito. Longe de se lamentar, está feliz. À beira da euforia, parece governado pela convicção de que o bom não é achar, é procurar, prazer que exige dele ver imperfeição onde não tem.

Faria par, este amigo recente, com uma senhora da minha família, que, precisando de empregada, vetou consecutivamente duas alternativas que as filhas lhe arranjaram, uma por lhe faltarem alguns dentes, a outra porque, prognata, tinha “dentes demais”.

Respeitemos o time dos que procuram na esperança de não encontrar – de certa forma aparentados com aqueles que inventam pretexto para estar o tempo todo reformando a casa. São, uns e outros, meus antípodas. A simples ideia de empreender uma reforma já me levaria a buscar um novo pouso – se também essa perspectiva não me trouxesse pânico. E, a esta altura da vida, talvez já não haja divã que dê jeito na fobia imobiliária de quem jamais – jamais – se lançou, como o citado camarada, numa peregrinação em busca de poleiro.

Minto: ciente das minhas dificuldades nesse particular, houve um dia, meio século atrás, em que, com poucos meses de São Paulo, e pendurado ainda na generosidade do casal que me acolheu de mala e cuia, achei que era hora de providenciar cafofo próprio. Encantado com o que me parecia ser uma inédita capacidade de superar limitações, dias depois eu fechava negócio com o dono de um apartamento num predinho até simpático, na esquina de Augusta e Rua Costa. Quem disse que eu não dava conta? – gabei-me. Mas não precisei de uma semana para me dar conta de que ali simplesmente não havia água, nem disposição dos outros moradores para dar sentido à existência das torneiras. E, no entanto, tudo estava claro desde o início, pois na primeira incursão eu pudera ver o espetáculo medieval de cordas içando baldes na soturna área interna do edifício. A rapidez com que consegui anulação do contrato me trouxe a certeza de que não fui ali o otário pioneiro.

(Humberto Werneck, “Fobia Imobiliária”, 02.10.20.
Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/humberto-werneck/fobia-imobiliaria>. Adaptado)

05. De acordo com o cronista, existe um tipo de pessoa que
- (A) receia perder tempo em busca de negócios vantajosos.
 - (B) evita realizar os procedimentos burocráticos de um negócio.
 - (C) recorre à ajuda de terceiros para adquirir algum bem.
 - (D) adquire imóveis sobretudo pelo prazer de reformá-los.
 - (E) encontra satisfação na busca frustrada por algo.
06. O cronista inclui o leitor no texto em:
- (A) “Respeitemos o time dos que procuram na esperança de não encontrar...” (3º parágrafo)
 - (B) “... aparentados com aqueles que inventam pretexto para estar o tempo todo reformando a casa.” (3º parágrafo)
 - (C) “Minto: ciente das minhas dificuldades nesse particular, houve um dia, meio século atrás...” (4º parágrafo)
 - (D) “Mas não precisei de uma semana para me dar conta de que ali simplesmente não havia água...” (4º parágrafo)
 - (E) “A rapidez com que consegui anulação do contrato me trouxe a certeza de que não fui ali o otário pioneiro.” (4º parágrafo)

07. Considere as passagens:

- “São, uns e outros, meus **antípodas**.” (3º parágrafo)
- “... cordas içando baldes na **soturna** área interna do edifício.” (4º parágrafo)

Considerando o contexto em que foram empregadas, as palavras destacadas podem ser, correta e respectivamente, substituídas por:

- (A) colegas e terrível.
- (B) opostos e sombria.
- (C) parceiros e estreita
- (D) adversários e pequena.
- (E) mestres e sinistra.

08. No trecho do 1º parágrafo “É nisso que penso enquanto o camarada à minha frente, **com incontida excitação**, vai fazendo o pormenorizado relato de sua batalha para alugar apartamento”, a expressão em destaque apresenta circunstância de modo, assim como a destacada em:

- (A) Já estive **em duas dúzias de endereços**, contabiliza... (1º parágrafo)
- (B) **À beira da euforia**, parece governado pela convicção de que o bom não é achar... (1º parágrafo)
- (C) E, **a esta altura da vida**, talvez já não haja divã que dê jeito na fobia imobiliária... (3º parágrafo)
- (D) ... **na primeira incursão** eu pudera ver o espetáculo medieval de cordas içando baldes... (4º parágrafo)
- (E) ... dias depois eu fechava negócio com o dono de um apartamento **num predinho até simpático**... (4º parágrafo)

09. Assinale a alternativa em que a posição do pronome em relação ao verbo atende à norma-padrão.

- (A) A vida **poupou-me** de uns tantos pesadelos. (adaptado do 1º parágrafo)
- (B) A simples ideia de empreender uma reforma já **levaria-me** a buscar um novo pouso... (adaptado do 3º parágrafo)
- (C) ... se também essa perspectiva não **trouxesse-me** pânico. (adaptado do 3º parágrafo)
- (D) ... generosidade do casal que **acolheu-me** de mala e cuia... (adaptado do 4º parágrafo)
- (E) Encantado com o que **parecia-me** ser uma inédita capacidade de superar limitações... (adaptado do 4º parágrafo)

10. Assinale a alternativa cuja frase foi redigida em conformidade com a norma-padrão de regência verbal.

- (A) Para alguns, procurar imóveis para comprar ou alugar acarreta de um grande aborrecimento.
- (B) Há muitas pessoas que, quando podem escolher, preferem casas que apartamentos.
- (C) Existem profissionais que assistem aqueles que procuram um imóvel para comprar.
- (D) É natural que as pessoas anseiem em adquirir um imóvel bom e agradável para morar.
- (E) Nem todos se sentem à vontade para demandar de ajuda quando estão prestes a fechar um negócio.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 11 a 15:

The United Nations Environment Programme (UNEP) reports that once water is contaminated, it is difficult, costly, and often impossible to remove the pollutants. Currently, 80% of global wastewater goes untreated, and is contaminated by a wide range of substances, from human waste to highly toxic industrial discharges. The type and amount of pollutants in freshwater determines its suitability for human uses such as drinking, bathing, and agriculture.

Pollution of freshwater ecosystems can also impact the habitat and quality of life of fish and other wildlife. This can include pathogens (largely from human and animal waste), organic matter (including nutrients from agricultural run-off such as nitrogen or phosphorus), chemical pollution (from irrigation, domestic wastewater and runoff of mines into rivers) and salinity. Plastics, and chemicals of emerging concern, such as certain pharmaceutical products, are issues for which their extent and impacts on freshwater are largely unknown. A preliminary assessment of water quality in rivers in Latin America, Africa and Asia, “A Snapshot of the World’s Water Quality” (Ringler, et al., 2016), estimated that severe pathogenic pollution affects around one third of all rivers, severe organic pollution around one seventh of all rivers, and severe and moderate salinity pollution around one-tenth of all rivers in these regions.

(UNDRR, “Pollution”. Disponível em: www.undrr.org/understanding-disaster-risk/terminology/hips/t10028#:~:text=Pollution%20is%20defined%20as%20the,UN%20data%2C%20n%20o%20date. Adaptado)

11. The text is mainly about

- (A) ways of preventing pollution since it is impossible to remove it.
- (B) freshwater scarcity due to climate change events.
- (C) industrial pollution by chemical substances as the sole threat to water.
- (D) freshwater contamination by various sources of pollution.
- (E) water quality in river ecosystems, especially in Latin America.

12. No trecho do primeiro parágrafo “human uses **such as** drinking, bathing, and agriculture”, a expressão destacada em negrito, no contexto, introduz

- (A) uma hierarquização.
- (B) uma exemplificação.
- (C) uma decorrência.
- (D) uma condição.
- (E) uma explicação.

13. No trecho do segundo parágrafo “**This** can include pathogens”, o termo destacado em negrito se refere a
- (A) “Pollution of freshwater ecosystems”.
 - (B) “the habitat”.
 - (C) “quality of life”.
 - (D) “fish and other wildlife”.
 - (E) “pathogens (largely from human and animal waste)”.
14. De acordo com o segundo parágrafo, um dos poluentes cujo impacto sobre a água doce ainda é em grande parte desconhecido é:
- (A) patógenos oriundos da pecuária.
 - (B) nutrientes orgânicos.
 - (C) esgoto doméstico.
 - (D) rejeitos de mineração.
 - (E) certos produtos farmacêuticos.
15. The water quality assessment mentioned in the second paragraph estimates that the pollutant that affects more rivers in Latin America, Africa and Asia is:
- (A) nitrogen and phosphorus.
 - (B) organic matter.
 - (C) pathogens.
 - (D) salinity.
 - (E) plastic materials.

16. Cinco municípios pertencentes a uma mesma região pretendem constituir um consórcio público para gerir, de forma integrada, o serviço de iluminação pública. A ideia de utilizar esse instrumento baseia-se em uma constatação técnica: caso os entes concedam o serviço à iniciativa privada de forma conjunta, o projeto ganhará escala financeira e terá maior capacidade de atrair boas empresas. Como os secretários municipais não têm experiência no assunto, é convocada uma reunião técnica com o objetivo de esclarecer dúvidas práticas sobre a constituição e o funcionamento do consórcio. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 11.107/2005, o servidor público presente na reunião poderá afirmar corretamente que

- (A) como o consórcio precisa ter personalidade jurídica de direito público, os agentes públicos a ele vinculados devem ser servidores estatutários.
- (B) para constituir o consórcio, os municípios precisam subscrever um protocolo de intenções e ratificá-lo em suas Câmaras Municipais, salvo se o assunto estiver disciplina em lei antes da subscrição.
- (C) o consórcio não pode ser constituído com o propósito declarado, pois ele não tem autorização para celebrar contratos de concessão relacionados a serviços de titularidade dos municípios.
- (D) o contrato de consórcio deve especificar as contribuições financeiras que serão prestadas por cada município em favor do consórcio nos três primeiros anos de seu funcionamento.
- (E) a transferência da gestão do serviço pode ser e o consórcio ser dotado de personalidade jurídica de direito privado, hipótese em que integrará a administração direta dos entes.

17. De acordo com o Decreto nº 6.017/2007, o instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos, por meio de cooperação federativa, é denominado de

- (A) contrato de programa.
- (B) contrato de gestão.
- (C) protocolo de intenções.
- (D) contrato de rateio.
- (E) contrato de consórcio.

18. O município X possui uma empresa pública responsável pela prestação do serviço de saneamento básico e deseja extingui-la, tendo em vista os prejuízos financeiros acumulados ao longo dos últimos exercícios. No entanto, além da eventual alienação da empresa, os gestores precisam decidir sobre a continuidade da prestação do serviço, caso a extinção de fato ocorra, uma vez que é necessário garantir a manutenção desse serviço essencial.

Considerando que a cidade possui uma extensa área urbana, cujos limites se confundem com os de municípios vizinhos, cogita-se, ainda, a adoção de uma solução conjunta para a gestão do saneamento.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei nº 11.445/2007, é correto afirmar que

- (A) o serviço foi prestado pela empresa estatal de maneira irregular, pois a competência para fornecer o saneamento básico pertence aos Estados.
- (B) os municípios podem constituir um consórcio público, desde que façam parte de uma região metropolitana.
- (C) os municípios podem prestar o serviço por meio de gestão associada, ficando dispensada, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legislativa.
- (D) os municípios podem formalizar um consórcio para prestar o serviço de forma conjunta, desde que o Estado também o integre.
- (E) o município não pode extinguir a empresa pública, pois o serviço de saneamento básico deve ser executado, necessariamente, por entidade integrante da Administração Indireta.

19. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, é forma proibida de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- (A) lançamento em corpo hídrico, desde que o curso de água passe por área urbana.
- (B) lançamento *in natura* a céu aberto, inclusive os resíduos de mineração.
- (C) qualquer forma de queima a céu aberto.
- (D) lançamento em praia ou no mar.
- (E) lançamento em área pública aberta, desde que nela haja a fixação de habitação temporária ou permanente.

20. A respeito do regramento da logística reversa, na forma do Decreto nº 10.936/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) O Programa Nacional de Logística Reversa será coordenado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e será formado em colaboração com Estados, Distrito-Federal e municípios.
- (B) Na implementação e na operacionalização do sistema de logística reversa, poderão ser adotados procedimentos de compra de produtos ou de embalagens usadas.
- (C) Os sistemas de logística reversa estabelecidos por termo de compromisso serão precedidos de consulta pública e serão utilizados nas hipóteses em que não houver, na mesma área de abrangência, o acordo setorial.
- (D) Os sistemas de logística reversa não poderão utilizar, na sua implantação, cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais, cujos colaboradores não possuam vínculos formais de emprego.
- (E) Os importadores e os distribuidores não integrarão a cadeia de logística reversa, nas hipóteses em que os municípios disponham de sistema estruturado de coleta seletiva.

21. Considere que foi celebrado pelo ente federativo X contrato de parceria público-privada para a prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos e saneamento básico. Com base nessa informação e nas Leis nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004 é correto afirmar que

- (A) o serviço será remunerado exclusivamente por tarifa.
- (B) a celebração do contrato deve ser precedida de autorização legislativa específica.
- (C) terá o prazo mínimo de 10 anos.
- (D) deve ser enquadrado como uma concessão administrativa.
- (E) pode ter as obrigações pecuniárias da Administração Pública garantida pela vinculação de receitas, observados os limites constitucionais.

22. O Sítio “Sacramentinho”, situado na zona rural de Jundiá/SP, desenvolve uma atividade agropecuária de pequeno porte, com foco no cultivo de uvas, hortaliças e produção de queijo de cabra. Com a expansão da produção, o proprietário, Sr. Ivan, optou por implementar um sistema de irrigação mecanizado, mediante a retirada de água de um córrego que atravessa a propriedade. Em paralelo, passou também a captar água de um poço artesiano recentemente perfurado, com o objetivo de abastecer um pequeno rebanho de ovelhas rebanho e atender às necessidades domésticas de trabalhadores que residem no local. Todas as extrações são feitas sem autorização estatal.

Alguns meses após a instalação do poço e da captação da água do córrego, moradores de propriedades vizinhas perceberam uma redução expressiva no volume do curso d’água, o que prejudicou suas plantações e motivou a apresentação de reclamação perante o órgão competente. Com base na situação hipotética e o disposto na Lei nº 9.433/1997, é correto afirmar que

- (A) a reclamação dos vizinhos está incorreta, pois a retirada de água do poço e do córrego se dá na propriedade de Ivan.
- (B) a reclamação está parcialmente incorreta, pois a outorga estatal não é necessária para retirada de recursos hídricos para satisfazer as necessidades hídricas da pequena comunidade rural.
- (C) a reclamação está parcialmente incorreta, pois a outorga só é exigida quando esteja relacionada a propriedade rural de grande porte.
- (D) a reclamação está correta, pois a água constitui bem público e somente pode ser utilizada, em qualquer hipótese, mediante autorização estatal.
- (E) a reclamação está parcialmente incorreta, pois a extração de água subterrânea para consumo final ou uso em processo produtivo de médio porte independe de outorga.

23. A respeito das ligações temporárias, com base na Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, é correto afirmar que

- (A) dispensa a instalação de hidrômetro, pois o pagamento é realizado com volume do consumo projetado no momento da apresentação do pedido.
- (B) terão o prazo de duração máxima de 06 (seis) meses, vedada a prorrogação.
- (C) o prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e do esgotamento sanitário de até 03 (três) ciclos completos de faturamento relativos aos consumos declarados no ato da contratação.
- (D) a realização da instalação não pode ser condicionada à quitação antecipada pelo usuário do serviço.
- (E) a sua instalação somente pode abarcar feiras, circos, parques de diversão e outros estabelecimentos temporários que contem com autorização de funcionamento, cabendo ao prestador de serviço preparar a instalação para a disponibilização do serviço.

24. De acordo com a Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, quando verificado através de inspeção que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou ainda da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais ou, na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, o prestador de serviços deve, dentre outras, adotar a seguinte providência:

- (A) lavrar “Termo de Ocorrência de Irregularidade” em formulário próprio do prestador de serviço.
- (B) identificar a prática da infração e buscar a assinatura do responsável da unidade usuária, vedada a sua substituição por ciência de terceiro.
- (C) efetuar registro de ocorrência junto à polícia civil, para que promova a prisão em flagrante do envolvido, bem como requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável.
- (D) proceder à revisão do faturamento com base na diferença entre os valores efetivamente faturados e a faixa máxima de consumo, prevista para a região.
- (E) retirar o hidrômetro, desde que haja prévia autorização judicial ou da autoridade policial.

25. De acordo com as definições empregadas na Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, a unidade composta de conjunto de equipamentos, acessórios e tubulações para tratar os efluentes antes de lançá-los aos corpos hídricos, conforme legislação vigente, deve ser conceituada como

- (A) Coletor tronco.
- (B) Sistema condominial de esgoto.
- (C) Estação Elevatória de Esgotos.
- (D) Rede pública de esgotamento sanitário.
- (E) Estação de Tratamento de Esgotos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Determinado ente da administração pública apresentou as variações patrimoniais a seguir, relativas ao último exercício financeiro:

• Aquisição de máquinas e equipamentos:	R\$ 449.280,00
• Contratação de operações de crédito:	R\$ 1.147.000,00
• Depreciação de bens permanentes:	R\$ 62.640,00
• Desvalorização de ativos:	R\$ 813.260,00
• Exploração e venda de bens e serviços:	R\$ 132.480,00
• Impostos, taxas e contribuições de melhoria:	R\$ 3.877.750,00
• Pessoal e encargos:	R\$ 1.778.220,00
• Transferências e delegações concedidas:	R\$ 610.500,00
• Uso de bens e serviços:	R\$ 601.620,00

Com base nessas informações, a apuração do resultado do período, em R\$, apresenta um valor superavitário de

- (A) 1.290.990,00.
- (B) 808.250,00.
- (C) 745.610,00.
- (D) 143.990,00.
- (E) 11.510,00.

27. Considere as informações a seguir, relativas à execução orçamentária do ano de 2024, de determinada entidade pública:

• Receita prevista:	R\$ 9.720.000,00
• Receita atualizada:	R\$ 9.800.000,00
• Receita arrecadada:	R\$ 9.504.000,00
• Despesa fixada:	R\$ 9.720.000,00
• Despesa atualizada:	R\$ 9.800.000,00
• Despesa empenhada:	R\$ 9.216.000,00
• Despesa liquidada:	R\$ 8.712.000,00
• Despesa paga:	R\$ 8.352.000,00

Durante o exercício, o ente público reconheceu a depreciação dos bens móveis e imóveis no valor de R\$ 108.000,00. Com base nessas informações, o resultado da execução orçamentária, em R\$, foi de

- (A) 1.448.000,00.
- (B) 1.368.000,00.
- (C) 1.152.000,00.
- (D) 792.000,00.
- (E) 288.000,00.

R A S C U N H O

28. As duas últimas classes de contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) têm a natureza da informação com função específica
- (A) patrimonial.
 - (B) de controle.
 - (C) orçamentária.
 - (D) de planejamento.
 - (E) extraorçamentária.
29. Considere as seguintes informações, extraídas da contabilidade de uma entidade pública, relativas ao último exercício financeiro:
- | | |
|--|------------------|
| • Arrecadação da dívida ativa não tributária: | R\$ 4.896.000,00 |
| • Pagamento de devolução de cauções: | R\$ 1.872.000,00 |
| • Empenho da folha de pessoal: | R\$ 7.760.000,00 |
| • Recebimento de <i>royalties</i> de petróleo: | R\$ 2.520.000,00 |
| • Liquidação de convênios para construção de unidade de saúde: | R\$ 2.304.000,00 |
| • Pagamento de material de consumo: | R\$ 5.700.000,00 |
| • Recebimento de contrato de permissão de uso: | R\$ 3.300.000,00 |
| • Indenização e restituição recebidas: | R\$ 3.888.000,00 |
- Sabendo que as receitas e despesas orçamentárias seguiram criteriosamente os seus estágios, no período, o montante das despesas correntes equivale, em R\$, a
- (A) 5.760.000,00.
 - (B) 8.280.000,00.
 - (C) 15.764.000,00.
 - (D) 19.064.000,00.
 - (E) 19.652.000,00.

R A S C U N H O

30. A Superintendência de Contabilidade de determinado ente público forneceu as seguintes informações, em R\$, relativas ao último exercício financeiro:

• Alienação de bens:	97.920,00
• Aquisição de ativo não circulante:	131.040,00
• Concessão de empréstimos:	14.400,00
• Juros e encargos da dívida:	27.360,00
• Operações de crédito:	180.000,00
• Pessoal e demais despesas:	1.322.640,00
• Outras receitas originárias:	798.800,00
• Refinanciamento da dívida:	72.000,00
• Remuneração das disponibilidades:	108.000,00
• Transferências concedidas:	57.400,00
• Transferências recebidas:	526.400,00

Considerando as informações apresentadas, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais dessa entidade corresponde, em R\$, ao seguinte valor:

- (A) 83.200,00.
- (B) 53.160,00.
- (C) 25.800,00.
- (D) 15.640,00.
- (E) 12.960,00.

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como bens mobiliários e imobiliários, são classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial. Quanto à procedência, trata-se de receitas originárias.

Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que contém, exclusivamente, exemplo de receitas correntes patrimoniais.

- (A) Exploração do patrimônio intangível e contribuições econômicas.
- (B) Cessão de direitos e custeio da iluminação pública.
- (C) Contribuições sociais e autorização/licença de uso.
- (D) Exploração de recursos naturais e cessão de direitos.
- (E) Contribuições de melhoria e concessões/permissões de uso.

32. As fontes de recursos para abertura de créditos adicionais estão previstas na Lei nº 4.320/1964. O excesso de arrecadação é uma dessas fontes e é entendido como o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O valor correspondente ao excesso de arrecadação é obtido a partir da elaboração

- (A) do balanço orçamentário.
- (B) do balanço patrimonial.
- (C) do balanço financeiro.
- (D) da demonstração dos fluxos de caixa.
- (E) da demonstração das variações patrimoniais.

33. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação. Se houver frustração da receita estimada no orçamento, deverá ser estabelecida limitação de empenho e movimentação financeira, com objetivo de atingir os resultados previstos _____ e impedir a assunção de compromissos sem respaldo financeiro, o que acarretaria uma busca de socorro no mercado financeiro, situação que implica em encargos elevados.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a alternativa que preenche a lacuna é

- (A) na Lei Orçamentária Anual.
- (B) no Plano Plurianual.
- (C) na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) no Plano de Identificação de Transferências.
- (E) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

34. O projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, conterá, entre outros, reserva de contingência.

O montante para essa reserva é definido tendo como base

- (A) a receita corrente líquida.
- (B) o subsídio para participação acionária.
- (C) a receita dos depósitos extrajudiciais.
- (D) o excesso de arrecadação das receitas correntes.
- (E) a economia orçamentária das dotações orçamentárias.

R A S C U N H O

- 35.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas, entre outras, observará o seguinte: as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive
- (A) agência financeira de fomentos.
 - (B) empresa estatal independente.
 - (C) sociedade de economia mista.
 - (D) empresa estatal dependente.
 - (E) fundação própria de previdência.
- 36.** Sobre o recebimento e a doação de bens pelas entidades públicas, aqueles recebidos são superveniências do ativo e aqueles doados a terceiros são insubsistências do ativo. Segundo a natureza da informação patrimonial, os bens móveis ou imóveis recebidos em doação serão contabilizados debitando-se a conta do imobilizado – bens móveis ou imóveis e creditando-se a conta
- (A) outros ganhos com incorporação de ativos.
 - (B) variação patrimonial aumentativa – transferências recebidas.
 - (C) variação patrimonial aumentativa – valorização e ganhos com ativos.
 - (D) variação patrimonial aumentativa – contribuições sociais.
 - (E) outras variações patrimoniais aumentativas.
- 37.** A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece definições para os processos licitatórios.
- A partir do contido na lei, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, refere-se
- (A) ao leilão.
 - (B) à contratação integrada.
 - (C) à concorrência.
 - (D) à ata de registro de preços.
 - (E) ao pregão.
- 38.** O Manual de Orientação para o Sistema AUDESP – Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor estabelece que a declaração negativa do módulo “ajuste” terá envio periódico indicando que não houve assinatura de cada tipo de ajuste.
- Quando se tratar de periodicidade anual e após o encerramento do ano, esse prazo será de
- (A) 60 dias corridos.
 - (B) 45 dias úteis.
 - (C) 30 dias úteis.
 - (D) 15 dias úteis.
 - (E) 05 dias corridos.
- 39.** Considere o seguinte conceito: operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa, incluídas também no conceito as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.
- Nas classificações da despesa orçamentária, tal conceito se refere
- (A) às ações.
 - (B) às funções.
 - (C) às subfunções.
 - (D) à programação qualitativa.
 - (E) à identificação das operações de crédito.
- 40.** A Lei nº 4.320/1964 introduziu em seus dispositivos a necessidade de o orçamento evidenciar os programas de governo, prescrevendo ainda que a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de
- (A) totalidade, exclusividade e equilíbrio.
 - (B) legalidade, uniformidade e anualidade
 - (C) não afetação, universalidade e clareza.
 - (D) unidade, universalidade e anualidade.
 - (E) periodicidade, transparência e programação.
- 41.** A administração pública, ao efetuar o dispêndio com o pagamento de subvenções e auxílio-transporte, deverá classificar o gasto como
- (A) despesas correntes: pessoal e encargos sociais.
 - (B) despesas de capital: inversões financeiras.
 - (C) despesas correntes: subsídios e proventos.
 - (D) despesas de capital: refinanciamento e aquisição.
 - (E) despesas correntes: outras despesas correntes.
- 42.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado estará contido no
- (A) Relatório de Transparência Fiscal.
 - (B) Anexo de Metas Fiscais.
 - (C) Relatório de Política Fiscal.
 - (D) Anexo de Riscos Fiscais.
 - (E) Relatório de Execução Orçamentária.

43. Devido à natureza e às circunstâncias específicas de cada trabalho de auditoria e às mudanças que podem ocorrer durante o trabalho de auditoria, a firma não consegue identificar todos os riscos de qualidade que podem surgir no nível do trabalho ou descrever todas as respostas relevantes e apropriadas.
- Consequentemente e de acordo com a legislação em vigor, o julgamento profissional para determinar se é necessário planejar e implementar respostas, além daquelas especificadas nas políticas ou nos procedimentos da firma no nível do trabalho, será exercido
- (A) pelo auditor independente externo.
 - (B) pela equipe de trabalho.
 - (C) pelo revisor da qualidade do trabalho.
 - (D) pela gerência contábil da empresa auditada.
 - (E) pelo *compliance* da empresa auditada.
44. De acordo com a norma dos Contratos de Concessão de Serviços Públicos: concedente, quando o ativo e o componente do serviço de acordo de concessão dos serviços forem identificáveis separadamente, a parcela dos pagamentos recebidos pela concessionária relacionada aos componentes de serviço deve ser alocada usando
- (A) o valor justo.
 - (B) a precificação baseada no lucro.
 - (C) a margem de contribuição.
 - (D) a precificação baseada na concorrência.
 - (E) o custo histórico.
45. Para o atendimento dos objetivos estabelecidos para o consórcio público, cada ente da Federação consorciado consignará em sua lei orçamentária anual (LOA) ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público.
- A LOA e as leis de créditos adicionais do ente da Federação consorciado deverão discriminar as transferências a consórcio público quanto à natureza, no mínimo, por
- (A) usuários primários e não primários.
 - (B) espécie e desdobramento para identificação do tipo.
 - (C) categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.
 - (D) elemento de despesa e desdobramento do elemento.
 - (E) fonte, origem e esfera orçamentária.
46. Considere a seguinte descrição: montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.
- De acordo com as bases de mensuração de passivos, a descrição apresentada refere-se à base:
- (A) custo de cumprimento de obrigação.
 - (B) preço presumido.
 - (C) custo histórico.
 - (D) valor de mercado.
 - (E) custo de liberação.
47. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – Estrutura Conceitual, informações sobre o desempenho financeiro passado da entidade que reporta e sobre como a sua administração cumpriu suas responsabilidades de gestão de recursos são normalmente úteis para
- (A) a delimitação de quão eficiente e eficazmente a administração usará os recursos econômicos da entidade para as despesas em períodos futuros.
 - (B) os futuros termos provenientes da compra subsequente de estoques de regulação.
 - (C) os retornos futuros da entidade sobre seus recursos econômicos.
 - (D) a fixação das metas de como futuros fluxos de caixa serão distribuídos.
 - (E) a circunscrição de despesas em anos futuros.
48. A despesa de aluguel referente aos meses de janeiro a junho de 2025, pagas antecipadamente por uma empresa que encerrou seu período de apuração em 31.12.2024, deve figurar
- (A) no ativo circulante do balanço patrimonial.
 - (B) no passivo circulante do balanço patrimonial.
 - (C) no ativo realizável a longo prazo do balanço patrimonial.
 - (D) no grupo resultado de exercícios futuros da demonstração de resultados do exercício.
 - (E) no grupo de recebíveis das atividades de investimentos da demonstração dos fluxos de caixa.

R A S C U N H O

49. Considere as informações a seguir, relativas às contas apresentadas e seus saldos em R\$, extraídas do balanete do mês de janeiro de determinada entidade:

• Caixa e equivalentes de caixa:	2.200,00
• Duplicatas a receber – curto prazo:	8.000,00
• Estoques de mercadorias:	4.000,00
• Marcas e patentes:	800,00
• Amortização acumulada de marcas e patentes:	200,00
• Móveis e utensílios:	1.400,00
• Depreciação acumulada de móveis e utensílios:	800,00
• Salários a pagar:	3.000,00
• Fornecedores – curto prazo:	2.500,00
• Impostos a pagar:	1.300,00
• Encargos sociais a recolher:	1.700,00
• Capital social:	4.200,00
• Capital a realizar:	700,00
• Reserva de capital:	1.400,00
• Dividendos antecipados:	500,00
• Lucros acumulados:	2.500,00

Ao elaborar o balanço patrimonial, os valores, em R\$, relativos ao ativo não circulante, ao capital de terceiros e ao capital próprio serão, respectivamente, de

- (A) 14.200,00, 1.200,00 e 6.900,00.
- (B) 2.200,00, 8.500,00 e 8.100,00.
- (C) 1.200,00, 8.500,00 e 6.900,00.
- (D) 1.000,00, 8.100,00 e 6.900,00.
- (E) 14.200,00, 2.200,00 e 8.100,00.

50. Considere os fatos contábeis a seguir:

- 1 – Pagamento de impostos apurados do período anterior
- 2 – Pagamento de duplicata com juros de mora
- 3 – Apropriação do consumo de energia elétrica
- 4 – Compra de material de permanente, a prazo

Observação: D=Débito e C=crédito

Entre as alternativas a seguir, qual caracteriza a correta escrituração de um dos fatos contábeis descritos?

- (A) D – Impostos sobre vendas
C – Impostos a pagar
- (B) D – Despesas de energia elétrica
C – Contas a pagar – energia elétrica
- (C) D – Caixa e equivalentes de caixa
C – Receita de juros de mora
- (D) D – Fornecedores a pagar
C – Caixa e equivalentes de caixa
- (E) D – Duplicatas a pagar
C – Móveis e utensílios

